

## A FORMAÇÃO CONTINUADA E O ENSINO COLABORATIVO ENTRE PROFESSORES DO AEE E ENSINO REGULAR

Ana Cleude Costa Santana <sup>1</sup>

Elenice Parise Foltran <sup>2</sup>

### RESUMO

Este estudo investiga a integração do ensino colaborativo entre professores do ensino regular e do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contexto da formação continuada, com foco na melhoria da permanência dos alunos da educação especial. A pesquisa enfatiza a importância do ensino colaborativo e da formação continuada como recursos fundamentais para promover uma educação inclusiva de alta qualidade. O objetivo principal foi identificar práticas de ensino colaborativo bem-sucedidas em turmas inclusivas. Para isso, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, concentrando-se na produção científica dos últimos cinco anos, de 2019 a 2023. As principais fontes incluíram o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Os dados foram analisados utilizando-se os procedimentos da Análise de Conteúdo. Os resultados apontam a necessidade de examinar a configuração prática do ensino colaborativo no ambiente escolar e seu impacto crescente nas estratégias dos educadores. Esta análise permite que os professores conduzam suas atividades de maneira mais eficiente, atendendo às necessidades de todos os alunos, tanto da educação especial quanto do ensino regular. Tal integração implica na partilha de conhecimentos entre os profissionais do AEE e do ensino regular, assegurando a participação efetiva de todos os alunos na sala de aula e o acesso equitativo ao currículo por meio de colaboração e divisão de responsabilidades. Este estudo destaca a urgência de se aprofundar no ensino colaborativo como uma estratégia vital para melhorar a formação de professores e a qualidade da educação inclusiva, sublinhando a necessidade de adoção de práticas inovadoras e eficazes no cenário educacional contemporâneo.

**Palavras-chave:** Ensino colaborativo. Educação inclusiva. Formação Continuada de Professores.

### INTRODUÇÃO

A crescente demanda por uma educação inclusiva de qualidade destaca a necessidade de práticas pedagógicas que atendam às diversas necessidades dos alunos. A inclusão escolar de estudantes com deficiência e outras necessidades educacionais especiais é um direito assegurado por legislações nacionais e internacionais, como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU. No entanto, a mera presença de alunos da educação especial nas escolas regulares não garante sua efetiva participação e aprendizagem. Para que a inclusão seja significativa, é imprescindível a adoção de estratégias pedagógicas que promovam a colaboração entre todos os atores envolvidos no processo educacional.

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação – Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em rede - PROFEI da Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR Professora da Educação Básica no Município de Santarém – PA, [anacleudecs@gmail.com](mailto:anacleudecs@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Educação. Professora do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação – Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em rede - PROFEI da Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR, [elenice@uepg.br](mailto:elenice@uepg.br)

O ensino colaborativo entre professores do ensino regular e do Atendimento Educacional Especializado (AEE) se apresenta como uma dessas estratégias promissoras. Esta abordagem permite que os conhecimentos e habilidades de ambos os grupos de profissionais sejam integrados, potencializando o atendimento às necessidades específicas dos alunos.

Segundo Rabelo (2012), o ensino colaborativo é uma abordagem pedagógica que envolve a parceria entre professores do ensino regular e profissionais especializados, como aqueles do Atendimento Educacional Especializado (AEE), para atender às necessidades de todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência. Essa colaboração visa a integração de conhecimentos e práticas pedagógicas, permitindo que os professores trabalhem juntos para planejar, implementar e avaliar estratégias de ensino que sejam inclusivas e eficazes.

A implementação eficaz do ensino colaborativo requer uma formação continuada adequada, que prepare os professores para trabalhar de maneira conjunta e integrada. A formação continuada, nesse contexto, não é apenas uma atualização de conhecimentos, mas uma mudança de paradigma que envolve a adoção de novas práticas e atitudes em relação à educação inclusiva.

Por isso, foi conduzida a presente pesquisa com o objetivo de identificar práticas de ensino colaborativo bem-sucedidas em turmas inclusivas, por meio de uma pesquisa bibliográfica. A escolha do período de 2019 a 2023 para a análise se justifica pela necessidade de compreender como as práticas de ensino colaborativo têm sido abordadas e desenvolvidas recentemente, considerando as mudanças e avanços nas políticas educacionais e nas pesquisas científicas. Este recorte temporal permite identificar tendências atuais e emergentes, bem como desafios e oportunidades para a prática do ensino colaborativo.

Além disso, a utilização de fontes como o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) garantiu a inclusão de uma ampla gama de estudos e contribuições acadêmicas sobre o tema, proporcionando uma base sólida para a análise e discussão dos resultados. A Análise de conteúdo, por sua vez, permitiu uma compreensão aprofundada dos dados, possibilitando responder a seguinte questão norteadora da pesquisa: Qual a incidência de práticas de ensino colaborativo bem-sucedidas em turmas inclusivas?

A relevância desta pesquisa reside na sua contribuição para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inclusivas e eficazes. Ao identificar e analisar práticas bem-sucedidas de ensino colaborativo, o estudo fornece subsídios para a formação de professores e para a formulação de políticas educacionais que promovam a inclusão.

Em suma, a pesquisa justifica-se pela necessidade urgente de melhorar a formação continuada dos professores e de promover práticas de ensino colaborativo que assegurem a inclusão efetiva de alunos da educação especial no ensino regular. A integração entre os profissionais do AEE e do ensino regular, através da partilha de conhecimentos e responsabilidades, é fundamental para a construção de um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo e equitativo.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

O processo de inclusão nas escolas representa um percurso repleto de desafios e reflexões sobre o público-alvo da educação especial nas turmas de ensino regular. Diversas ações são implementadas e experimentadas pelos professores das instituições de ensino público, seja mediante a adoção de metodologias diversificadas ou na expectativa por medidas por parte do poder público. As evidências abundantes tornam a prática pedagógica um momento de reflexão sobre como atender a todos os alunos em uma sala de aula heterogênea.

O processo de inclusão implica em mudanças de perspectivas educacionais, uma vez que não se restringe ao público-alvo da educação especial na escola, mas oferece suporte a todos os envolvidos: professores, alunos, equipe de apoio, corpo técnico e administrativo, para que alcancem o sucesso. Tal constatação ressalta a necessidade de formação de todos os participantes da escola no que diz respeito ao planejamento conjunto. Estudos e pesquisas contemporâneos indicam a relevância do ensino colaborativo: Consiste numa parceria entre os professores de educação regular e os professores de educação especial, na qual um educador comum e um educador especial dividem a responsabilidade de planejar, instruir e avaliar os procedimentos de ensino a um grupo heterogêneo de estudantes (Ferreira et al., 2007, p. 1).

Na pesquisa de Rabelo (2012) indica que o trabalho colaborativo tem o potencial de proporcionar tanto a formação inicial de acadêmicos universitários que aspiram atuar na área da educação especial, quanto a formação continuada de professores que estão envolvidos na escolarização de alunos com necessidades educacionais especiais.

Por outro lado, na política atual, os professores de educação especial enfrentam uma demanda excessiva de atendimento individual nas salas de recursos multifuncionais, o que dificulta a disponibilidade de tempo para a formação específica do profissional durante a carga horária de trabalho e para a colaboração com o professor da sala comum.

Portanto, Rabelo (2012) esclarece que o ensino colaborativo tende a envolver diversas classes de profissionais com formações distintas, enriquecendo assim a prática pedagógica e

atribuindo maior responsabilidade a múltiplos profissionais no processo de ensino-aprendizagem dos alunos inclusos.

Neste contexto, torna-se válido esclarecer que as práticas pedagógicas são categorizações das ações humanas com referências pedagógicas, mas não apenas influenciadas pela pedagogia, mas também pelas relações econômicas, culturais, políticas e ideológicas. Por isso, a prática pedagógica tem direcionamentos, envolve sujeitos, mediações e conteúdo que podem estar relacionados tanto ao ambiente interno quanto ao externo da escola. Souza (2016) denomina essas referências como determinantes internos e externos da prática pedagógica, pois atuam tanto dentro quanto fora da escola. Assim, os determinantes internos dizem respeito às rotinas, horários e relações de poder entre alunos, professores e coordenação pedagógica. Já os determinantes externos são ações ou materiais que adentram a escola a partir de mobilização externa, como os materiais didáticos e pedagógicos fornecidos pelo Ministério da Educação - MEC, os livros didáticos, entre outros.

Em relação a posicionamento apontado anteriormente, o ensino colaborativo estará inserido no campo dos determinantes internos da prática pedagógica, enquanto a formação continuada estará nos determinantes externos

Dessa forma, considera-se a formação de professores como um determinante externo da prática pedagógica, pois em sua maioria, as formações continuadas de professores são (e devem ser) organizadas pelas secretarias de educação. No entanto, problematiza-se que muitas vezes essas formações não refletem as realidades e as necessidades educacionais dos professores, tanto do ensino regular quanto do AEE.

Ainda sobre o ensino colaborativo, defende-se como um artefato que promoverá a qualidade da prática pedagógica dos professores envolvidos na escolarização dos alunos inclusos. No entanto, o trabalho em equipe ou multiprofissional pode não ser valorizado pelos próprios envolvidos. Mantoan (2006) aponta que a "invasão" do professor do AEE na sala de aula regular pode resultar na dependência do professor da sala regular na prática pedagógica do outro professor, levando ao abandono das responsabilidades curriculares sobre os alunos inclusos, que pertencem a ambas as partes.

Ortiz, Corrêa e Lockamann (2021) esclarecem que durante o período pandêmico da Covid-19 (2019 – 2020) foram reforçados os paradigmas de abandono por parte do professor regular, ocorrendo terceirização do ensino, ou seja, o professor da sala de aula regular transferia suas responsabilidades com seus alunos inclusos para outros. Esse paradigma ainda é reforçado em escolas inclusivas, pois presume-se que a prática pedagógica do professor do AEE se restrinja apenas ao atendimento em contraturno.

Em concordância, Mendes (2019) observa que a prática pedagógica do professor do AEE tem sido vista como um local de acomodação da diferença no espaço escolar, centralizando a deficiência no aluno, e assim a inserção do AEE visa compensar sua suposta insuficiência, sem produzir impacto na sala de aula regular.

Ainda assim, o próprio professor do AEE pode se acomodar. Não se deve entrar em debates na área da educação em prol ou em defesa de um grupo de professores, portanto, é válido problematizar também a ausência do professor do AEE no suporte do aluno e nas adaptações curriculares realizadas pelo professor da sala de aula regular.

Entretanto, como mencionado anteriormente, ambos os docentes são responsáveis pelo sucesso escolar e social desse aluno. Para o professor do ensino regular, cabe entender que a adaptação do currículo é sua função, e para o professor do AEE, acompanhar ou instruir conforme a necessidade dos educandos. Nesse sentido, Rabelo (2012) revela que os estudos em educação no contexto do ensino colaborativo indicam que a presença de alunos com deficiência nas escolas não garante uma efetiva inclusão escolar. Ao analisar o processo de inclusão escolar, constata-se o despreparo de alguns docentes, condições precárias de trabalho, estrutura arquitetônica inadequada à acessibilidade e as dificuldades de desenvolver práticas pedagógicas que garantam acesso ao currículo. Além disso, encontramos a ausência de políticas públicas que promovam a formação de professores e a falta de diálogo e prática colaborativa entre professores do ensino regular e da educação especial.

Por esses motivos, Costa (2021) levanta uma questão: o trabalho colaborativo se resume apenas a dividir as responsabilidades dos docentes? No sentido de obter sucesso, existem condições necessárias para a efetivação do ensino colaborativo. Costa classifica essas condições como: voluntarismo, equivalência, compartilhamento de recursos, participação de todos, objetivo comum e compartilhamento de responsabilidades. O objetivo comum pode ser traduzido pelo planejamento da ação e do método; a equivalência consiste em atribuir importância e valor ao processo; a participação envolve o engajamento de ambas as partes; o compartilhamento implica em dividir as ações; o voluntarismo refere-se à vontade e ética.

Sobre esses aspectos, é pertinente questionar em que momento esses docentes teriam seus papéis e funções esclarecidos. Nesse sentido, apresenta-se como resposta a formação continuada de professores, porém, uma formação que ultrapasse a esfera profissional e os sensibilize quanto à importância de garantir igualdade de oportunidades nas salas de aula, tanto para os alunos inclusos quanto para os considerados sem deficiência.

Por isso, é importante discutir como os professores de ambas as modalidades, educação especial e ensino regular, lidam com a inclusão desses alunos por meio do ensino colaborativo,

e quais têm sido suas experiências, positivas ou negativas, diante do desafio de garantir a inclusão dos alunos público-alvo da educação especial.

## METODOLOGIA

A pesquisa é de cunho bibliográfico, concentrando-se na produção científica dos últimos cinco anos, de 2019 a 2023. As principais fontes incluíram o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Os dados foram analisados utilizando-se os procedimentos da Análise de Conteúdo, que segundo Moraes (1999, p. 2), se constitui em uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda sorte de comunicações.

Para responder a questão norteadora foi examinado o que as pesquisas têm demonstrado e quais perspectivas têm sido adotadas em relação a parceria entre o AEE e o ensino regular. Optou-se por realizar uma revisão de literatura relacionadas ao tema. As palavras-chave utilizadas para a seleção das pesquisas foram "Ensino colaborativo", "Formação continuada de professores" e "Educação especial e inclusiva". As bases de dados e bibliotecas digitais consultadas incluíram o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Para detalhar a pesquisa, foram realizadas combinações entre as palavras-chave, sendo elas: "Ensino Colaborativo + Formação Continuada de Professores", "Ensino Colaborativo + Educação Especial e Inclusiva", "Formação Continuada de Professores + Educação Especial e Inclusiva" e "Ensino Colaborativo + Formação Continuada de Professores + Educação Especial e Inclusiva". Segue o quadro 1 com os resultados da busca.

**Quadro 1 - Combinação de palavras chaves**

COMBINAÇÃO DAS PALAVRAS-CHAVE				
Palavras	Ensino Colaborativo + Formação Continuada de Professores	Ensino Colaborativo + Educação Especial e Inclusiva	Formação Continuada de Professores + Educação Especial e Inclusiva	Ensino Colaborativo + Formação Continuada de Professores + Educação Especial e Inclusiva
<b>Catálogo Capes</b>	180	47	100	10

Fonte: Autores, 2024.

No Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, foram encontrados um total de 337 trabalhos de pesquisa, incluindo teses e dissertações. Na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), o resultado da busca foi de 1.023 trabalhos de pesquisa. Dentre esses, foram selecionados 4 trabalhos, após uma análise detalhada das palavras-chave, resumo e sumário, os quais apresentaram afinidade com o tema do presente estudo. No quadro 2 a seguir, as pesquisas selecionadas para esta revisão estão organizadas de acordo com os critérios estabelecidos.

**Quadro 2 - Pesquisas selecionadas na revisão de literatura**

<b>ESTUDOS SELECIONADOS</b>				
<b>Título</b>	<b>Classificação da pesquisa</b>	<b>Autor</b>	<b>Ano</b>	<b>Biblioteca</b>
Educação inclusiva: formação continuada na perspectiva do coensino	Dissertação	Sonia de Fátima Cristina Scheitel dos Passos	2022	BDTD
Culturas colaborativas e inclusão escolar: limites e potencialidades de uma formação continuada centrada na escola	Tese	Maria do Carmo Lobato da Silva	2020	CAPES
Ensino colaborativo no município de Juiz de Fora: um estudo de caso	Dissertação	Raquel Xavier Grazzinoli	2022	BDTD
Formação continuada de professores pela perspectiva colaborativa: uma proposta para práticas inclusivas	Dissertação	Sandra Regina Gomes Perestrelo Dantas	2019	BDTD

Fonte: Autores, 2024.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Na revisão de literatura, o ponto de partida foi a Dissertação de Mestrado de Sonia de Fátima Cristina Scheitel dos Passos intitulada “Educação inclusiva: formação continuada na perspectiva do coensino”, concluída em 2022. O estudo objetivou “discutir as contribuições de um curso de formação continuada pautado no ensino colaborativo, para professores das salas regulares e do AEE”. Este estudo realizou-se na cidade de Marechal Cândido Rondon no Estado do Paraná, em uma escola da rede pública de ensino fundamental e médio, com professores do ensino regular que tivessem alunos inclusos em suas salas. Dentre os docentes, cinquenta por cento eram da rede municipal e o restante da rede estadual.

Referente as questões metodológicas, a pesquisa realizou a coleta de dados a partir da aplicação de questionário para identificar as formações e informações sobre a educação inclusiva e o ensino colaborativo. Sequencialmente, como produto do trabalho, a pesquisadora realizou um programa de formação continuada, que culminou em uma avaliação com o intuito de verificar o seu aproveitamento.

Os dados foram analisados sob quatro eixos: perfil dos participantes; formação continuada na área da educação inclusiva; dificuldades para trabalhar com alunos público da educação inclusiva; e conhecimento sobre ensino colaborativo. Como resultados obtidos a partir da formação, foram intensificadas as relações de trocas de conhecimentos, que abriram possibilidades para novas perspectivas e propostas metodológicas. Sobre a perspectiva dos docentes sobre o processo formativo, expressaram ótimo aproveitamento das oficinas e dos processos que foram abordados nas aulas.

Ainda, a pesquisadora se preocupou em verificar qual a margem de professores que utilizavam o ensino colaborativo em suas práticas pedagógicas, e por mais que 54% dos respondentes tenham dito que utilizavam a filosofia do ensino colaborativo, 27% dos professores disseram nunca ter utilizado. Quando questionados, 97% dos docentes apontaram para a possibilidade de implementação do ensino colaborativo nas práticas pedagógicas no cotidiano da escola, e com isso, ainda foi ressaltado pelos professores do ensino regular a importância do compartilhamento de responsabilidade sobre os alunos inclusos e a participação do professor do AEE na sala de aula regular.

A segunda pesquisa utilizada foi a Tese de Doutorado de Maria do Carmo Lobato da Silva intitulada “Culturas colaborativas e inclusão escolar: limites e potencialidades de uma formação continuada centrada na escola” do ano de 2020. A pesquisa teve como objetivo “desenvolver e implementar um Programa de Formação continuada via colaboração entre equipes de ensino com vistas a fomentar a cultura escolar colaborativa e potencializar estratégias e práticas pedagógicas inclusivas”. A pesquisa foi realizada no Estado do Amapá em uma escola municipal situada no espaço urbano. A pesquisa teve como fruto um Programa de Formação em que participaram professores do ensino regular e professores do AEE, assim como gestora e coordenadora pedagógica.

A princípio o programa esteve aberto para todos os funcionários da escola que tivessem interesse no campo. No entanto, no decorrer do programa alguns foram desistindo, no final da formação, apenas 19 concluíram. Referente as questões metodológicas, a pesquisa investigou a formação inicial dos professores e percebeu que o curso predominante era o curso de pedagogia. No processo, o Programa foi organizado em equipes que estavam distribuídas por turmas, ou



seja, cada equipe representava uma turma. Nos encontros, houve análises dos documentos que nortearam a educação local, com o intuito de investigar e se aprofundar no tema. No programa, também houve a construção de materiais, de atividades e de recursos necessários para a sua aplicação.

A premissa do Programa de Formação era desenvolvê-lo a partir de abordagem colaborativa, em que os professores que estavam participando também participassem como organizadores e formadores. Além disso, o contexto colocava todos os participantes sob um contexto de aprendizado ainda que estivessem colaborando na construção do programa. Como resultados obtidos na pesquisa, a pesquisadora os organizou em cinco eixos: A dimensão estrutural e organizacional para o desenvolvimento do trabalho colaborativo na perspectiva da inclusão escolar; A dimensão pedagógica do trabalho colaborativo para inclusão escolar; A dimensão formativa do trabalho colaborativo: contribuições no processo de desenvolvimento profissional; Avaliação do Programa de Formação continuada via colaboração: Perspectivas dos participantes; e Considerações sobre a sustentabilidade de práticas colaborativas e inclusivas na escola municipal Equinócio das Águas.

Ao analisar os documentos municipais, foi descoberto que havia informações discordantes entre a quantidade de salas de recursos multifuncionais, ou seja, os documentos apresentaram número superior a realidade. Ainda foi esclarecido que metade das escolas em que estão os alunos inclusos matriculados não existem salas de recursos multifuncionais. Sobretudo, a pesquisa revela ser um paradoxo, a dificuldade dos debates, a carência e o suprimento das necessidades das escolas pobres em discutir a “inclusão escolar numa sociedade que se sustenta pela exclusão e empobrecimento da maioria da população”. (Silva, 2020). Finalizando, a autora esclarece que a modalidade filosófica do ensino colaborativo, não é tida com apressado pelo município e muito menos pela escola pesquisada. De tal maneira, a ausência dessa abordagem atinge negativamente o processo de ensino-aprendizagem dos alunos inclusos nessa escola regular.

Sequencialmente, foi selecionada a Dissertação de Mestrado de Raquel Xavier Grazzinoli intitulada “Ensino colaborativo no município de Juiz de Fora: um estudo de caso” do ano de 2022. A pesquisa teve como objetivo central de investigar “as contribuições dos estudos realizados no Brasil sobre o Ensino Colaborativo e compreender a atual condição e as possibilidades desse ensino em Juiz de Fora. Na sua metodologia a pesquisadora utilizou o estudo de caso ao analisar como tem sido promovida a filosofia do ensino colaborativo nas escolas de Juiz de Fora no Estado de Minas Gerais. E ainda, investigou as práticas que o município estava desenvolvendo acerca do ensino colaborativo, e a realização de formações

continuadas de professores. Como resultado a pesquisadora elucida que o município sempre implementou meios para se articular com os documentos nacionais inerentes a educação especial. Ainda constatou que no município, a filosofia do ensino colaborativo está presente e tem-se resultados significativos frente ao desafio de garantir a inclusão e acesso ao currículo aos alunos público-alvo da educação especial.

No entanto, ainda existem algumas inseguranças pela rede da escola pesquisada, isso em termos de fazer a inclusão legítima no espaço escolar. Alguns professores ainda desconhecem o ensino colaborativo e por isso culminou em não o abordar nas suas práticas docentes pedagógicas.

Por fim, foi selecionada a Dissertação de Mestrado de Sandra Regina Gomes Perestrelo Dantas intitulada “Formação continuada de professores pela perspectiva colaborativa: uma proposta para prática inclusivas” do ano de 2019. A pesquisa teve como objetivo primordial “discutir a formação continuada de professores para promover a inclusão na educação básica”. A respeito de procedimentos metodológicos, a pesquisadora iniciou a sua busca por dados com um questionário que teve como público-alvo 14 professores que lecionavam no ensino fundamental I. No documento continha doze questionamentos com perguntas de cunho pessoal, profissional, formativo e prático pedagógico. No geral, a metodologia utilizada foi colaborativa, em que todos participam de um estudo coletivo na busca de resultados para a resolução das dificuldades encontradas no ambiente escolar. A pesquisadora aponta como resultado da coleta de dados, que alguns dos professores respondentes tinham sentimento de insegurança nas abordagens com os alunos com deficiências, dificuldades em desenvolver propostas curriculares para a escolarização dos alunos inclusos na sala de aula regular e reclamações a respeito do despreparo e insuficiência e ou ausência de formações para os docentes. Como respostas para essas necessidades, a pesquisadora propôs um programa de formação continuada de professores.

A partir das análises realizadas, torna-se essencial a configuração da prática metodológica do ensino colaborativo no contexto escolar e seu crescente impacto nas estratégias dos educadores. Isso permite que realizem suas atividades de maneira mais eficaz, abrangendo verdadeiramente as necessidades de todos os alunos, sejam eles da educação especial ou não. Isso implica na partilha de saberes entre profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e do ensino regular, garantindo a participação de todos na sala de aula e o acesso ao currículo por meio da colaboração e divisão de responsabilidades

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo destacou a urgência de se aprofundar no ensino colaborativo como uma estratégia vital para melhorar a formação de professores e a qualidade da educação inclusiva, sublinhando a necessidade de adoção de práticas inovadoras e eficazes no cenário educacional contemporâneo.

A abordagem desse trabalho, mostrou como o ensino colaborativo entre professores do ensino regular e do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contexto da formação continuada de professores, pode garantir e melhorar a permanência dos alunos público-alvo da educação especial. Para isso, é crucial examinar reflexões sobre o ensino colaborativo e a formação continuada de professores, destacando sua relevância na promoção de uma educação inclusiva de qualidade. Nesse sentido, a investigação foi necessária, pois as práticas têm obtido sucesso e em que circunstâncias, levantando questionamentos frequentes por parte dos professores que muitas vezes não são esclarecidos pela gestão. As pesquisas avançam na busca por propostas viáveis e práticas para o processo de ensino-aprendizagem em turmas inclusivas por meio do ensino colaborativo.

Portanto, abordar sobre os desafios da formação continuada de professores como meio de promover e incentivar a adoção da abordagem do ensino colaborativo é necessário, com o objetivo que os docentes reconheçam a importância de trabalhar em parceria em prol de uma escola que realmente busque a aprendizagem de todos, com acessibilidade pedagógica que atenda às necessidades de todos os alunos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.146, de julho de 2015. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 20 de mar de 2024.

COSTA, Luis Gustavo da Silva. **Estratégias de Ensino Colaborativo como uma proposta de Atendimento Educacional Especializado - AEE.** 2021. 190 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita” – Faculdade de Ciências, Campus de Bauru – Programa de Pós-graduação em Docência para a Educação Básica. UNESP, Bauru, 2021.

DANTAS, Sandra Regina Gomes Perestrelo. **Formação continuada de professores pela perspectiva colaborativa: uma proposta para práticas inclusivas,** 2019. 85 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Cidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação, 2019.

FERREIRA, Bárbara Carvalho *et al.* **Parceria colaborativa: descrição de uma experiência entre o ensino regular e especial.** Revista Educação Especial, 2007, n. 29. Disponível em <http://cascavel.cpd.ufsm.br/revistas>. Acesso em 06 Mar de 2024.

GRAZZINOLI, Raquel Xavier. **Ensino Colaborativo no município de Juiz de Fora: Um estudo de caso**, 2022. 101 f. Dissertação (Mestrado profissional - Educação Inclusiva (PROFEI)) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. 2022.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. *Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* 2 ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **A política de educação inclusiva e o futuro das instituições especializadas no Brasil.** Education Policy Analysis Archives, v. 27, p. 22-22, 2019.

MENDES, Enicéia Gonçalves; VILARONGA, Carla Ariela Rios. **Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores.** Revista brasileira de estudos pedagógicos, v. 95, p. 139-151, 2014.

MENDES, Melina Thaís da Silva. **Ensino colaborativo na educação infantil para favorecer o desenvolvimento da criança com deficiência intelectual.** 2016. 167 f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

ORTIZ, Cilene de Oliveira; CORRÊA, Camila Bottero; LOCKMANN, Kamila. **Os alunos com deficiência no ensino remoto emergencial.** *In:* TRAVERSINI, Clarice Salte; SPERRHAKE, Renata; LOCKMANN, Kamila **Pesquisar com a escola: currículo e inclusão em foco.** São Paulo: Pimenta Cultural, 2021.

PASSOS, Sonia de Fátima Cristina Scheitel dos. **Educação Inclusiva: Formação Continuada na perspectiva do co-ensino.** Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Inclusiva)- Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa. 2022.

RABELO, Lucélia Cardoso Cavalcante. **Ensino colaborativo como estratégia de formação continuada de professores para favorecer a inclusão escolar.** 200 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

SILVA, Maria do Carmo Lobato da. **Culturas colaborativas e inclusão escolar: Limites e potencialidades de uma formação continuada centrada na escola.** 295 f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2020.

SOUZA, Maria Antônia. **Sobre o conceito de prática pedagógica.** *In:* Maria Cristina Borges da Silva. (Org.). Práticas pedagógicas e elementos articuladores. 1ed. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, 2016a, v. 1, p. 38-65.